



AS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DA CIDADE DO RIO GRANDE E SUAS AÇÕES SETORIAIS NO ÂMBITO DO LAZER

Tatiana Teixeira Silveira

Professora E2 do Colégio Técnico Industrial Prof^o Mário Alquati/FURG.
Mestre em Educação

Manoel Luis Martins da Cruz

Professor Adjunto I do Departamento de Educação e Ciências do
Comportamento/FURG.
Mestre em Educação e Cultura.

Ana Barbara Braga Bezerra

Acadêmica de Educação Física/FURG.

Leonardo Costa da Cunha

Acadêmico de Educação Física/FURG.

Mateus Trevisan França

Acadêmico de Educação Física/FURG.

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa que tem como objetivo principal fazer um mapa da cidade do Rio Grande/RS que contenha as instituições, os programas e ações destinadas às políticas públicas setoriais de lazer. Para isso, utilizamos a análise de documentação de instituições públicas encarregadas de ações no âmbito do lazer, bem como um levantamento nos locais e equipamentos destinados ao mesmo uso. Esperamos fazer esse grande mapa da cidade apontando as ações que constituem a política de lazer do município, bem como fazer propostas de implementação de políticas de lazer para o governo municipal.

ABSTRACT

The present work mentions a research that has like principal objective does a map of the city of the Rio Grande/RS that contains the institutions, the programs and actions been intended for the public politics leisure setoriais. For that, we use the analysis of documentation of public institutions in charge of actions in the context of the leisure, as well as a lifting in the places and equipments been intended for the same use. We wait to do this great map of the city pointing to the actions that appoint the leisure politics of the local authority, as well as to do proposals of implementation of leisure politics for the municipal government.

O surgimento da pesquisa

O campo de problematização aqui construído emerge da necessidade de apontamento e questionamentos acerca das políticas públicas setoriais de lazer na cidade do Rio Grande/RS¹ e que de certa forma nos remete a questões históricas acerca do tema na cidade (“esvaziamento cultural”), bem como a algumas implicações na atualidade que delineiam um espaço urbano sem pesquisas científicas e históricas das políticas públicas setoriais de lazer para a comunidade rio-grandina.

O Núcleo de Estudos do Lazer, responsável por esse estudo, foi criado em 2006 com a finalidade de desenvolver estudos das políticas públicas setoriais de lazer no município de Rio Grande. A primeira tentativa de aproximação com a Prefeitura Municipal já acontecera em 1997, por ocasião de um seminário temático sobre esporte e lazer, inserido na programação da Festa do Mar daquele ano. Naquela ocasião, no transcorrer do referido seminário, foi publicamente oferecida colaboração à Prefeitura Municipal, diretamente ao Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD), responsável pela criação e implantação do *Projeto Módulos Esportivos nos Bairros*, no sentido de socializar os estudos até então sistematizados durante o curso de mestrado de um membro do Núcleo. No entanto, a oferta de assessoria foi entendida como oferta de mão-de-obra para atuar nos módulos esportivos que seriam implantados.

Este relato abre esta proposta de discussão de um estudo porque é um retrato da compreensão que muitos agentes públicos desenvolvem acerca da relação das universidades com as administrações municipais. Compreensão essa que impossibilita uma ação *afinada* entre instituições que, em princípio, podem e devem atuar em conjunto na busca de soluções para os problemas da comunidade.

Na seqüência, o primeiro e único contato com a prefeitura, através da SMHAD, foi justamente visando esclarecer que a ação da universidade se daria no sentido de realizar um estudo, em parceria com a Secretaria, sobre as necessidades para a efetivação de uma política setorial, entre elas, a necessária e urgente criação de um quadro profissional capaz de pensar, executar e avaliar as políticas de lazer para o município e, além disso, fazia-se extremamente necessário um debate em torno da necessidade de uma política pública setorial de lazer ser assumida pelo conjunto da administração municipal, ou seja, para efetivar o projeto *módulos esportivos nos bairros* e outros que pudessem surgir, era preciso a contribuição de diversos outros setores da administração municipal, tais como: obras e viação; segurança; transporte; saúde; assistência social; educação e outros.

¹ Por sua localização estratégica para a navegação marítima no cone sul, Rio Grande foi palco de ferrenhas disputas entre portugueses e espanhóis ainda no século XVIII, o que lhe conferiu uma formação histórica de luta e resistência, acentuada séculos mais tarde com a instalação de grandes indústrias e ferrovias que vieram em face do potencial portuário e do grande estoque pesqueiro então existente. Esse crescimento industrial, alavancado por grandes indústrias têxteis e depois com empresas do ramo da alimentação e da química; a criação da primeira refinaria de petróleo do país; a indústria pesqueira que nos 60 e 70 do século passado conferiu à cidade a condição de produzir 20% de todo o pescado industrializado no país e a construção do “Super Porto” possibilitaram, ao longo do tempo, variados níveis de oferta de empregos que atraíram milhares de pessoas da metade sul do Estado, que pra cá vieram em busca de oportunidades.

Passaram-se os anos e infelizmente não conseguimos avançar rumo a uma ação sólida entre universidade e Prefeitura Municipal.

Por um lado, as administrações municipais que seguiram (com duas reeleições do mesmo grupo político) continuaram a desenvolver atividades nomeadas de *atividades de lazer*. Por outro lado, a universidade avançou rumo à criação de um curso de especialização em Educação Física Escolar (2001) e mais recentemente do curso de Licenciatura em Educação Física (2006), passos decisivos para a qualificação de seu quadro profissional e para a abertura de novas possibilidades de ações acadêmicas voltadas a contribuir com a administração municipal.

Nesse contexto surgiu o Núcleo de Estudos do Lazer, impulsionando a criação do Núcleo da Rede CEDES na Universidade Federal do Rio Grande e inaugurando suas ações ainda em 2006 com o início da primeira pesquisa sobre políticas públicas de lazer na Cidade do Rio Grande.

O estudo que agora apresentamos situa-se na perspectiva de estabelecer as ações que diversas instituições públicas vêm desenvolvendo na intenção de promover atividades públicas setoriais de lazer, entre elas: a Secretaria Municipal de Habitação de Desenvolvimento (já extinta); o Centro Municipal de Recreação e Lazer (CMLR); a Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer (SMTEL) e o recém criado Conselho Municipal de Esportes e Lazer, entre outras. Essa pesquisa encontra-se em fase de finalização da coleta de dados, portanto estamos montando um banco de dados com as leis de criação, regimentos e outros documentos que demonstram as atividades destinadas ao lazer por essas instituições.

Delimitando o tema

A expressão política pública de lazer demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer. Para Marco Paulo Sttiger (1998, p.84), que trabalhou na administração de parques e praças em Porto Alegre, na primeira gestão da Frente Popular (1989-1992), “quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção (...) que, necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político-ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas”.

Assim, com o intuito de clarificar o entendimento do que seja uma política pública de lazer, cabe esclarecer desde logo que não se tratará genericamente sobre lazer, sobre público ou sobre política. Nossa referência será uma concepção de política diferente daquela que foi construída pelas elites brasileiras, que incutiram no senso comum a noção de que política é uma atividade nefasta, mas necessária, que corrompe e que por ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos. Da mesma forma, no que diz respeito ao que é público, ou no referente à relação entre Estado e Sociedade, partimos da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se efetivamente público, ou seja, que os governos precisam pensar na desprivatização do Estado e atuarem no sentido da publicização dos planos e das ações, isto entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade.

Finalmente, o objeto das políticas públicas em discussão, o lazer. Não esse lazer como dia, hora, atividades e local marcado. Não o lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem o lazer que pode ser

usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar à aposentadoria em condições de saúde para, então, *gozarem a vida*. Trata-se, pois, de compreender *o lazer como uma demanda social de primeira necessidade*.

Significa compreendermos o lazer realmente como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações, pois, como bem lembrou-nos Milton Santos apud Pellegrin (1996, p.32), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

Analisando a trajetória das políticas sociais e o Estado Moderno, Meily Assbú Linhales (1998, p.72-73) aponta no sentido de que

o conteúdo de uma política social, bem como as responsabilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes, por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos.

Nesse sentido, defendemos que a discussão sobre políticas públicas de lazer se dê a partir de alguns critérios, tais como: a compreensão do lazer como “*cultura vivenciada no tempo disponível*” (Marcellino, 1996, p. 2) — o que implica em espaços, em tempo e em condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir; e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades na sua elaboração.

A partir dessas preliminares é possível começar a vislumbrar algumas relações que se estabelecem, no que diz respeito às políticas públicas de lazer, entre Estado e Sociedade, tais como o tempo e o espaço de lazer nas cidades e a cultura.

No mesmo sentido da necessidade de repensar as políticas de lazer para além dos calendários de eventos e das possibilidades “legais” — como no caso da jornada de trabalho — do poder público, vai a observação de Marcellino (1996, p.28), quando diz que:

considerar os limites da Administração Pública Municipal significa levar em conta que a questão do lazer só pode ser entendida na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos municipais, como jornada de trabalho, ocupação do solo urbano, por exemplo, o que requer, no âmbito municipal, incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil.

Conseguimos apontar alguns aspectos em virtude de nossa pesquisa anterior² e que nos traz alguns dados capazes de delimitar questões em torno da política de lazer na cidade.

Encontramos a necessidade desse estudo a partir de aspectos como: falta de infraestrutura nos espaços públicos destinados ao lazer³; decadência histórico-cultural acerca

² “Políticas Públicas de Lazer na cidade de Rio Grande: uma análise do período 1997-2008”, pesquisa financiada pela Rede Cedex/Ministério do Esporte.

³ Esse levantamento foi feito através do mapeamento de notícias do Jornal Agora, jornal de maior circulação na cidade e que continha um encarte nomeado Agora Bairros, onde apresentava a solicitação e melhorias feitas nos respectivos locais.

das ofertas de programas relativos ao esporte recreativo e ao lazer; falta de cargos destinados a execução e implementação de projetos relacionados ao lazer; pouca interface entre órgãos públicos e pesquisas na área; carência de espaços públicos.

Pretende-se com esse estudo a promoção de discussões e a organização da comunidade rio-grandina em torno do direito constitucional de acesso ao lazer. A conseqüente aproximação da universidade, seus estudos e parceiros das necessidades reais da comunidade, bem como a possibilidade do acesso às parcerias institucionais que venham demandar na proposição de políticas públicas de lazer para a cidade e principalmente para ajudar na contribuição de desenvolvimento social fazem com que possamos realizar um resgate histórico-cultural de práticas corporais próprias do espaço urbano de Rio Grande/RS.

Acreditamos que o principal benefício de nosso projeto será a oportunização de discussão colocada à população sobre o acesso ao lazer, além da difusão do resultado das pesquisas e conhecimentos na área de lazer para a comunidade rio-grandina, para conseguir com isso oportunizar a educação para a cultura e o lazer nos bairros, também apontar com esse estudo dados que possam ajudar o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal do Rio Grande a facilitar o acesso ao lazer as populações menos favorecidas.

Alternativas para uma política pública de lazer

Sobre o espaço, caminhando pelas cidades, é possível lembrar o que havia nos lugares hoje preenchidos por grandes condomínios, estacionamentos, lojas e outras edificações. Vale lembrar dos espaços que eram utilizados pelo público como praias, como locais de piquenique, como campos de futebol e que hoje são instrumentos do lucro de alguns poucos, que se utilizam da avalanche de consumo para o lazer e se apropriam do que antes era de uso público, e hoje é reservado para privilégio de poucos.

A população teria que intervir organizadamente nas questões relativas ao espaço da cidade porque nem sempre, como bem nos lembra Pellegrin (1996, p.35), a administração municipal está ciente “do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. A própria valorização da rua enquanto espaço do lazer é uma questão para o poder público”.

Em poucos casos pode-se verificar uma contraposição às ofertas da *indústria cultural*⁴ mas, infelizmente, isso não é a regra. O que prevalece, ainda, na maioria dos casos é que “a ausência de projetos políticos democráticos e fundamentalmente igualitários para esses setores⁵ (educação física, esporte e lazer) tem sido uma constante em sua trajetória política, facilitando, inclusive, o trânsito dos interesses que defendem o caminho da seleção, da exclusão e dos particularismos” (Linhaes apud Linhaes, 1998, p.79).

No mesmo sentido, Sttiger (1998, p.91) revela que, “em detrimento ao investimento em espaços/praças públicas de lazer (esportivas e/ou não); à sustentação de quadros profissionais ligados ao lazer comunitário; ao apoio aos pequenos eventos locais; à formação humanística dos profissionais que atuam no âmbito do lazer”, em muitos casos, o que ocorre é o privilegiamento da visão que defende, por exemplo,

⁴ Para mais, ver: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

⁵ Na cidade de Rio Grande foi criado em 08 de dezembro de 2005 (Lei nº6182) a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer. E em janeiro de 2007 foi criado o Conselho Municipal de Esportes e Lazer.

o direcionamento dos recursos humanos, físicos e materiais (que são públicos), prioritariamente, entre outras ações: para a construção e manutenção de ginásios esportivos destinados ao espetáculo e ao treinamento de equipes; ao pagamento de salários a técnicos de representações municipais; à realização de grandes eventos esportivos com a tônica na competição; à realização de cursos de formação de treinadores.

Esse tipo de ação, recém citado por Sttiger, é um claro exemplo de política pública voltada para a “desincumbência” do poder público com uma discussão mais ampla acerca das questões referentes ao lazer, pois se limita a reproduzir uma concepção restrita de lazer, que confunde um conteúdo (no caso o esporte) com o próprio lazer e, mais grave ainda, remete a simplificação do fenômeno esportivo a uma de suas manifestações, justamente àquela forjada enquanto um produto valioso da *indústria cultural*, o esporte de alto rendimento, o espetáculo esportivo.

Ainda em relação a espaços públicos de lazer, outro aspecto a observar é o estado de conservação dos parques, praças, jardins, bibliotecas, salas de exibição e outros equipamentos destinados ao lazer nas cidades⁶.

Assim, “política cultural” passa a ser simplesmente o apoio a empreendimentos artísticos, espetáculos musicais, peças teatrais ou exposições de artes plásticas. O investimento em esporte (via de regra no esporte de rendimento) torna-se “política de lazer”. E, em última instância, ocorre a estratégica retirada do Estado: deixar a promoção da cultura e do lazer para quem entende do assunto. Assim, o caminho está aberto aos empreendedores, aos “profissionais da área”, que transformam o lazer em uma indústria rentável, um negócio, destruindo ou descaracterizando culturas, impondo valores e provocando uma criminoso tentativa de homogeneização cultural que atende, em primeiro lugar, aos interesses do capital.

Gostaríamos também de resgatar a necessidade de identificarmos a intenção do poder público no concernente às políticas públicas, pois como disse Freitag apud Marcellino, (1996), a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo deve ser vista “em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro” (p.33).

Mas a tradição de luta e resistência em Rio Grande, construída no início da sua história e reafirmada nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na primeira metade do Século XX, até a primeira metade da década de 60, foi interrompida com o golpe militar de 1964, que perseguiu e banuiu os seus opositores e desarticulou, como podemos hoje perceber, a memória da Cidade. Rio Grande foi transformada em Área de Segurança Nacional; não mais se elegiam os prefeitos, pois a ditadura os indicava. Os sindicalistas foram perseguidos, os sindicatos desarticulados, suas direções foram cooptadas ou foram desmanteladas. A Cidade, como o país inteiro, sofreu um processo de “apagamento” de sua memória.

Assim como na esfera política e econômica, na esfera social também foram sentidos os efeitos da mudança. Rio Grande, berço do basquetebol no Rio Grande do Sul; cenário

⁶ A partir dos dados apresentados pelo Núcleo de Análises Urbanas da FURG através de uma imagem de satélite geo-referenciada estamos trabalhando com os locais disponíveis na cidade que podem ser transformados em áreas de lazer.

das grandes corridas de rua, das provas de remo e natação, dos clubes de futebol, do “futebol de salão”, do vôlei e do handebol e suas grandes disputas que lotavam os estádios e os ginásios; dos grandes cinemas e teatros; berço de grandes artistas; terra do clube de futebol mais antigo do Brasil. Rio Grande vive hoje um “esvaziamento cultural” que causa perplexidade aos que conhecem sua história e um certo desânimo nos que ainda sonham com dias melhores. As poucas e as melhores opções de lazer estão reservadas aos que têm maior poder aquisitivo.

Sem medo de errar, podemos dizer que há um distanciamento entre a cidade e os seus habitantes, pois há restrições de várias ordens que impedem à boa parte dos moradores vivenciarem Rio Grande plenamente, usufruindo, ao longo de suas vidas, das belezas naturais e das belezas construídas por cada cultura que aqui aportou ao longo dos seus 269 anos de história. E por que isso não é possível?

Pensando em responder a esta questão e visando contribuir para o desenvolvimento da cidade a partir do resgate de sua história cultural outrora vibrante, nos propomos a investigar, avaliar, dialogar, propor caminhos e contribuir com as administrações municipais na elaboração de políticas públicas de lazer.

Assim como nas oportunidades de acesso aos espaços públicos que a cidade ainda oferece questionamos quem são as pessoas que freqüentam esses espaços. Quem pode ir aos cinemas, teatros, museus? Quem pode ir à “Maior Praia do Mundo”? Que fatores impedem o acesso ao lazer?

Quando traçamos uma problemática que irá abarcar diferentes espaços destinados a essas práticas também questionamos como está localizado e organizado esse mesmo espaço. Como está organizado o nosso espaço? Quem o ocupa? Como o ocupa? Ainda é possível ocupá-lo para uso coletivo da população? Quanto ainda restam de áreas públicas? As pessoas têm ciência de que existem espaços públicos?

Visando identificar as ações setoriais de lazer desenvolvidas por estes órgãos públicos, estamos analisando a documentação existente; entrevistando pessoas que atuaram nestes órgãos; dialogando com as populações atingidas por essas ações, bem como, travando a necessária interface entre as propostas, as ações e o referencial teórico por nós estudado.

Para isso, traçamos algumas ações iniciais, como: identificação de todos os órgãos públicos que executem a política setorial de lazer da Prefeitura Municipal; identificar seus projetos, programas e ações desenvolvidas; identificar o uso de equipamentos públicos (ginásios, quadras, museus, praças e outros).

É importante salientar que a análise terá como pano de fundo as definições do Núcleo de Estudos do Lazer acerca do que entendemos como política pública de lazer, no entanto, como sempre, não nos caberá julgar as ações desenvolvidas, ao contrário, enquanto agente público caberá unicamente buscar alternativas que possibilitem à administração municipal qualificar sua intervenção na área setorial do lazer.

Será feito um arquivo com entrevistas e imagens das comunidades (bairros) e locais que demandam espaços públicos de lazer para a população, essa metodologia está baseada na História Oral⁷.

Pretende-se ao final do mapeamento fazer uma proposta de divulgação da pesquisa e fontes de implementação de novos projetos nos bairros, multiplicar os agentes sociais de cada bairro na fiscalização e implementação de políticas setoriais de lazer e com isso fazer com que cada bairro aponte suas necessidades de espaço público e de manutenção desse espaço para os respectivos responsáveis pelo uso de equipamentos destinados ao lazer.

Políticas Públicas de lazer na cidade: apontando resultados

Buscando compreender as propostas e ações desenvolvidas ao longo de três gestões sucessivas, bem como traçar um mapa das áreas públicas ainda disponíveis na área urbana do município do Rio Grande, estamos utilizando os dados coletados para apontar num primeiro momento onde encontram-se as proposições de políticas setoriais de lazer dentro das instituições supostamente destinadas a esse fim, dentro da análise da documentação⁸ é possível identificar inicialmente a denominação lazer e algumas proposições em torno do tema em muitos documentos.

Essas são as primeiras fontes de informação a serem utilizadas. Por certo, no decorrer da pesquisa será possível juntarmos outros registros que venham a compor o mosaico onde pretendemos reunir informações que nos permitam caminhar em terreno firme quando da proposição de políticas públicas de lazer para a cidade do Rio Grande.

Alguns dos resultados esperados já estão em construção, o mapeamento das áreas utilizadas para a prática de atividades de lazer está em andamento em virtude da parceria estabelecida com o Núcleo de Análises Urbanas da FURG e com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos⁹ e Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer¹⁰.

No estágio atual da pesquisa já é possível verificar a ocorrência de dificuldades que compõem o que Marcellino chama de “o todo inibidor” do acesso ao lazer. Espaços públicos gerenciados como se fossem privados; horários de ônibus reduzidos em feriados e finais de semana; ausência de transporte público durante as 24 horas do dia; Museus¹¹

⁷ Para mais, ver: ALBERTI, Verena. História Oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989. Editora Fundação Getúlio Vargas e PERELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). Ética e História Oral. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de história. São Paulo: PUC/SP, n° 15, abril/97.

⁸ Lei orgânica municipal, Decreto n° 4518 (cria o CMRL), Lei n° 6182 (cria a SMTEL), Decreto n° 9476 (Regimento interno do CMEL), Lei de criação do CMEL, entre outros.

⁹ Essa Secretaria nos apresentou uma listagem com 45 praças públicas que serão visitadas pelos pesquisadores para anotações sobre: acesso da população, conservação, público freqüentador, entre outros.

¹⁰ Através desta Secretaria estamos analisando documentos oriundos da antiga Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento a qual consta projetos e ações desenvolvidas relativas ao lazer na cidade.

¹¹ Existem 14 museus na cidade.

fechados aos finais de semana; um único cinema existente, localizado na Praia do Cassino, distante 22 km do centro da cidade.

Rio Grande, como as demais cidades deste país, vive atualmente uma situação difícil do ponto de vista dos assalariados. O modelo econômico concentra a riqueza na mão de poucos, deixando a maioria da população em situação difícil para ver garantidos os seus direitos constitucionais, entre eles, o lazer. Podemos ver áreas públicas sendo destinadas a empreendimentos externos, com deslocamento de comunidades inteiras; carência de iniciativas públicas para atendimento das demandas por lazer; dificuldades de acesso em face da baixa renda ou ainda, por conta da concentração de equipamentos públicos de lazer em determinada região da cidade, entre outros.

Poderíamos também citar, em face do andamento da pesquisa, que equipamentos públicos, como as escolas da rede municipal de ensino, por exemplo, seus prédios, quadras e ginásios, poderiam ter sua utilização otimizada se houvesse um eixo comum de ação e uma integração entre os diversos setores do governo municipal. Não pudemos perceber, até este momento, um plano articulado que possibilite às comunidades usufruírem desses espaços, por exemplo, aos finais de semana, o que ocasiona, vez por outra, conflitos em virtude da impossibilidade de acesso às quadras e aos ginásios destas escolas.

Enfim, o Núcleo de Estudos do Lazer, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), está a caminho de concluir uma tarefa importante que poderá, certamente, subsidiar a prefeitura municipal do Rio Grande na formulação de suas políticas setoriais de lazer, bem como à população do município nos debates acerca da construção destas políticas, de forma que as mesmas atendam as carências da municipalidade e as demandas de seus moradores, que agora podem ser levadas ao conhecimento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer através do recém criado Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL), onde os conselheiros debaterão as temáticas demandadas pelas comunidades e/ou pelos seus representantes no conselho.

Referências:

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989. Editora Fundação Getúlio Vargas.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: uma introdução a antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e a Pobreza no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília: IPEA, n. 12, mai.,1996.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. A Experiência da Frente Popular de Florianópolis. In Marcelino, N. C. **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

IENO NETO, Genaro. **O esvaziamento do espaço público - Sennett e Augé**: resenha. RBSE, v.1, n.3, pp.442-461, João Pessoa, GREM, dezembro de 2002.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/Esportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais? In: **Motrivivência** Ano X n.º 11, Florianópolis: UFSC, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1995.

_____ **Políticas Públicas Setoriais de Lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.

PELLEGRIN, Ana de. O Espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: Marcellino, N. C. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.

PERELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Maria Antonieta (Orgs.). **Ética e História Oral.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de história. São Paulo: PUC/SP, n° 15, abril/97.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas Sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; *ou* subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?” In: **Motrivivência** Ano X n.º 1, Florianópolis: UFSC, 1998.